RAMOS, R. (1996): «Estratégias argumentativas: as perguntas retóricas», *in* L. M. ABREU, (coord.): *Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas. Actas do 2º Encontro de Estudos Portugueses*, Aveiro, Associação de Estudos Portugueses/Fundação João Jacinto de Magalhães, pp. 171-186

Estratégias argumentativas: as perguntas retóricas

Rui Ramos

0 - Introdução

Neste curto texto, propomo-nos dar notícia de uma análise feita aos mecanismos sintáctico-semânticos que enformam as perguntas retóricas e que as definem (ou não) enquanto tal.

1 - A interrogação

Segundo Benveniste (1966: 130), as três principais funções pragmáticas do discurso são as que descrevem o mundo (proposições assertivas), as que interrogam sobre o mundo (proposições interrogativas) e as que procuram mudar o mundo (proposições imperativas).

Estes três actos mantêm interrelações complexas e a interrogação tem uma posição central no seio deste trio, constituindo-se como elo intermediário entre a asserção e a ordem.

Austin (1970: 163) classifica a interrogação ao lado da afirmação e da negação. Mas para Searle (1982: 53), a ordem e a interrogação são dois membros da mesma família, a dos chamados "directivos". É que o acto de perguntar é o mais intrinsecamente interactivo, a sua realização implica fortemente o alocutário (ALOC). E. Goody dá a seguinte definição de pergunta, que enfatiza o seu carácter impositivo: "The most general thing we can say about a question is that it compels, requires, may even command, a response" (Goody, 1978: 23); Anne-Marie Diller afirma que "dans le cadre de l'activité illocutoire, la question est définie comme mettant le destinataire dans l'obligation de répondre" (Diller, 1984: 19); e Catherine Kerbrat-Orecchioni afirma que «toute question est donc un "appel" à l'autre, convié à compléter sur-le-champ le vide que comporte l'énoncé qui lui est soumis» (Kerbrat-Orecchioni, 1991: 11).

Mesmo as interrogações cuja resposta é do conhecimento prévio do locutor (LOC), e portanto sem as motivações tipicamente presentes no acto de interrogação, como as perguntas didácticas, de exame ou entrevista, têm como função levar o ALOC a verbalizar uma resposta.

2 - As perguntas retóricas – definição

2.1 - As perguntas retóricas (p.r.), por seu lado, são definidas como enunciados interrogativos em que o LOC não interroga senão ficticiamente, sem esperar uma informação sobre algo que desconhece, desprovidas assim da exigência de "resposta" por parte do ALOC. Quando muito, a p.r. permite a este uma réplica para confirmar ou infirmar as pressuposições activadas no enunciado formalmente interrogativo.

2.2 - Para alguns gramáticos, a p.r. não apresenta interesse algum enquanto estrutura interrogativa. Demarcar-se-á somente pelo valor expressivo da sua enunciação, pois nada a diferencia das outras perguntas em termos de estrutura gramatical. Este é o ponto de vista de Bally:

> «Une interrogation rhétorique n'est pas une interrogation et n'a rien de rhétorique: c'est un moyen indirect d'expression qui permet de symboliser un groupe plus ou moins déterminé de sentiments par une inflexion de voix. (...) Disons que l'interrogation qui n'interroge pas appartient au langage dit exclamatif, quitte à donner à ce terme un sens tout à fait général» (Bally, 1951: 269).

Fontanier defende que

> «l'interrogation (sous entendu: figure de style) consiste à prendre le ton interrogatif non pas pour marquer un doute et provoquer une réponse mais pour indiquer au contraire la plus grande persuasion et défier ceux à qui l'on parle de pouvoir nier ou même répondre. Il faut donc ne pas la confondre avec l'interrogation proprement dite, avec cette interrogation du doute, de l'ignorance ou de la curiosité par laquelle on cherche à s'instruire ou à s'assurer d'une chose» (Fontanier, 1968: 368).

Para Schmidt-Radefeldt, «rhetorical questions do not have an answer (because they are not questions)» (Schmidt-Radefeldt, 1977: 377). Afirma ainda que

> «there is a general agreement about the fact that questions are to be considered as requests for information, whereas rhetorical questions are intended to provide information. (...) Moreover it has been stressed that the speaker does not expect an answer from the other dialogue partner» (idem: 377-378).

Explica que, ao formular uma p.r., o LOC imita a forma fundamental do diálogo, simulando uma sequência de pergunta – resposta; mas é o próprio LOC que dá a resposta à sua pergunta.

Borillo, por seu lado, sustenta que

> «dans la gamme des schémas possibles d'interrogation, elle constitue le cas extrême où disparaît toute sollicitation et attente de réponse. Elle est le cas où le locuteur, fort de son jugement sur la proposition qu'il émet, pourrait très bien ne pas la présenter sur le mode interrogatif mais carrément l'asserter» (Borillo, 1981: 6).

Anscombre e Ducrot defendem que, nas p.r.,

> «a) Le locuteur de l'énoncé interrogatif fait comme si la réponse allait de soi, aussi bien pour lui que pour l'allocutaire; b) La question n'est là que pour rappeler cette réponse. Elle joue alors à peu près le rôle de l'assertion de cette dernière, présentée comme une vérité admise» (Anscombre-Ducrot, 1981: 14).

3 - A inversão de polaridade

No que diz respeito ao seu funcionamento sintáctico-semântico, as p.r., tal como frequentemente as interrogativas totais, realizam uma inversão de polaridade entre a sua estrutura de superfície e o conteúdo proposicional que carreiam.

Efectivamente, tendo em conta EN como

(1) - Não sou digno de confiança?

(2) - Sabes o que estás a fazer?,

facilmente se verifica que, tipicamente, o sentido sugerido por estas perguntas, partindo do princípio que ocorrem em contextos/cotextos que as identificam como p.r., será:

(1') - Eu sou digno de confiança.

(2') - Tu não sabes o que estás a fazer.

Verifica-se então a inversão de polaridade atrás referida.

4 - Pragmática das p.r.

4.1 - As p.r. diferem das "normais" ou "verdadeiras" por outro motivo: uma pergunta (excluindo as perguntas didácticas, entrevistas, etc.) é tipicamente a confissão de uma inferioridade de saber do LOC face ao ALOC, a quem a pergunta eleva, pela sua própria enunciação, a uma posição de superioridade. Ora tal situação não ocorre com as p.r.: o LOC, ao formulá-las, não eleva o seu ALOC em termos relativos de saber. As p.r.

> «serve to communicate doubt, perplexity, uncertainty, contingency, or deliberation (...). In any case, rhetorical questions express a propositional attitude of the speaker (e. g. reproach, indignation, protest, wonder, perplexity or dismay, or emphasis).» (Schmidt-Radefeldt, 1977: 389).

Se um LOC formula um EN interrogativo sem intenção de interrogar (com outro valor ilocutivo que não o de pergunta) ou seja, se formula uma p.r., está a violar a condição de sinceridade que deve subjazer à troca linguística: está a cometer uma infracção à máxima da qualidade de Grice: «Try to make your contribution one that is true» (Grice, 1975: 45). *Mutatis mutandis*, diríamos relativamente à interrogação: «Não coloque em questão assuntos que para si não levantam dúvidas» (Ferreira, 1990: 86). O ALOC deverá, assim, descodificar a mensagem tendo em conta a *verdadeira* intenção do LOC.

4.2 - Quanto às razões que podem levar um falante ao emprego de p.r., a preferência do LOC por uma pergunta (formalmente) em detrimento de uma asserção poderá explicar-se pelo recurso a estratégias de persuasão ou pelo desejo de «minimize face-risk» (Brown e Levinson, 1978: 99).

4.2.1 - Como as p.r. não esperam resposta, o seu valor como estratégia de persuasão é reforçado: ao recorrer a p.r., o LOC sugere mais do que o significado literal das palavras que usa e orienta o ALOC em determinada linha de raciocínio, levando-o a "encontrar" as respostas que estão já presentes nas perguntas que formula. Imaginemos a seguinte situação num tribunal, em que um advogado se dirige directamente ao júri com uma pergunta como, por exemplo,

(3) Pergunto eu, senhores jurados, este homem pode ser culpado do crime de que o acusam?

Apesar de a pergunta formulada poder parecer "verdadeira", o contexto em que surge (que não permite uma resposta imediata dos jurados) e o próprio facto de o LOC não esperar uma resposta marcam claramente o seu carácter retórico e persuasivo.

4.2.2 - Por outro lado, a utilização de p.r. permite um certo equilíbrio nas relações sociais. Estratégias de delicadeza são por vezes necessárias para mitigar situações em que a face do ALOC (ou do LOC) é posta em risco: caso de críticas, certos pedidos de desculpas, comentários sarcásticos, etc. Ao formular uma p.r., dá-se ao ALOC pelo menos a aparência de poder emitir opinião, apesar de esta estar fortemente controlada (já prevista) na pergunta feita.

4.3 - Neste sentido, e próximas das p.r., estão as **perguntas orientadas**, em que a asserção do LOC é um pouco mitigada e a intervenção do ALOC é solicitada: são os EN «qui se présentent formellement comme des structures interrogatives (...) mais dont le contenu est néanmoins partiellement asserté» (Kerbrat-Orecchioni, 1991: 99).

É certo que as p.r. são um tipo de perguntas orientadas. No entanto, optámos por fazer esta distinção, identificando p.r. como aquelas que não prevêem nenhuma resposta do ALOC e perguntas orientadas como aquelas que solicitam uma confirmação deste.

Poderemos então dizer que as perguntas orientadas se situam entre dois extremos:

- as perguntas "normais" ou "verdadeiras", que visam dar a voz ao ALOC e esperam uma resposta fornecendo informação, confirmando ou infirmando pressuposições da pergunta;

- as p.r., que não visam dar a voz ao ALOC e se identificam com a asserção.

As perguntas orientadas não deixam igualmente abertas as possibilidades de uma resposta afirmativa ou de uma resposta negativa. Elas esperam preferencialmente uma resposta **sim** ou **não** (dependendo da sua formulação), apesar de deixarem ao ALOC a liberdade de contrariar esta preferência. O LOC não se limita a perguntar, mas verbaliza um julgamento (que pode ir da simples suspeita à quase certeza) e espera que o seu ALOC o confirme.

5 - Funcionamento sintáctico-semântico das p.r.

5.1 - No artigo «Quelques aspects de la question rhétorique en français», Andrée Borillo propõe-se «prendre en considération les formes interrogatives sur lesquelles elles [as p.r.] se manifestent» (Borillo, 1981: 1). Pergunta-se, sugerindo uma resposta afirmativa, «si le fait de pouvoir attribuer une valeur de sens spécial à certaines interrogations n'entre pas en corrélation avec la présence de certains traits distinctifs; et si dans ce cas, il s'agit de traits purement intonatifs ou contextuels, ou au contraire de propriétés syntaxiques ou sémantiques qui sont généralement absentes des véritables questions, i. e. les interrogations à visée cognitive» (idem: 1-2). O linguista opta por analisar as p.r. positivas (pondo de parte as negativas) segundo três eixos ligeiramente diferentes:

I - O exame de esquemas sintácticos verbais particularmente frequentes nas p.r.

II - O exame de marcadores lexicais, principalmente advérbios.

III - O exame de fenómenos de quantificação e os efeitos particulares que eles têm neste tipo de perguntas.

Também Jürgen Schmidt-Radefeldt, em artigo publicado na revista «Journal of Pragmatics» sob o título «On so-called 'rhetorical' questions», depois de afirmar que, geralmente, é tomado como certo o facto de uma pergunta ser tomada como retórica ou não «may be made not by any linguistic factor but only the nonlinguistic background of the utterance» (Schmidt-Radefeldt, 1977: 378), procura demonstrar que há marcas na estrutura de algumas p.r. que atestam suficientemente a sua retoricidade.

Após ponderarmos sobre as análises feitas por estes dois investigadores e sobre as conclusões delas emanadas, não ficamos plenamente convencidos que marcas sintácticas ou semânticas possam explicar ou definir cabalmente o problema da retoricidade deste tipo de EN particular. O máximo conseguido é delimitar *quais são alguns dos EN em que as p.r. podem ocorrer* e, eventualmente, *quais serão aqueles em que prototopicamente ocorrerão.*

Do esquema de análise proposto por Borillo, adaptado à língua portuguesa, salientaremos alguns dos aspectos mais relevantes. Algumas das contribuições para o texto que se segue provirão do artigo de Schmidt-Radefeldt, outras de um artigo de Joaquim Fonseca (Fonseca, 1993).

5.2 - Esquemas sintácticos verbais particularmente frequentes nas p.r.:

5.2.1 - verbos prescritivos ou normativos

a) noção de utilidade ou necessidade

(4) - Será útil voltar a esse assunto?

(5) - Vale a pena falar disso?

b) noção de princípio moral

(6) - Teremos o direito de o acusar?

(7) - É justo o que lhe aconteceu?

c) noção de pertinência

(8) - Isso é maneira de falar?

(9) - Será o momento de referir esse facto?

d) noção de justificação

(10) - Isso é razão para mexer?

Em todos os exemplos, os verbos são susceptíveis de dar à frase interrogativa positiva o sentido de uma prescrição negativa atenuada.

Para que certas perguntas sejam tidas como retóricas, alguns tempos verbais serão mais facilmente aceitáveis do que outros. Realçaríamos aqui somente as dimensões temporais presente-futuro e presente-passado. Nesta última, a p.r. referir-se-á a um estado de coisas não passível de ser alterado, pelo que a dimensão de censura, caso exista, é mais forte do que a dimensão jussiva. Tomemos dois exemplos:

(11) - Não devias ir vê-lo?

(12) - Não devias ter ido vê-lo?

A estas perguntas corresponderão as proposições:

(11') - Deves ir vê-lo.

(12') - Devias ter ido vê-lo.

No caso do EN (12), poderemos apontar uma dimensão jussiva, um acto directivo no sentido de, no futuro, se não repetir algo (negativo) do passado. Mas a esta dimensão sobrepõe-se claramente a de censura por algo já realizado (algo já

inscrito no passado). No EN (11), a situação é oposta: se dimensão de censura existe, só o cotexto/contexto o poderá explicar. Mas é evidente o carácter directivo não impositivo, correspondente ao teor da proposição respectiva.

O valor retórico dos exemplos referidos está longe de ser obrigatório, pois poderíamos construir para cada um deles um cotexto/contexto em que estas perguntas não fossem tomadas como retóricas. Por isso, não podemos afirmar que graças a esta categoria de verbos a p.r. possui uma forma própria de construção; podemos somente constatar que é possível que uma p.r. se apresente vazada num EN fazendo uso destes verbos.

Com alguma frequência surgem ligados a estes verbos normativos advérbios de intensidade. Numa p.r. positiva, a sua presença poderá acentuar o carácter duvidoso da proposição (já de si marcado pelo uso do futuro com valor modal) e, assim, reforçar a sugestão do seu valor negativo:

(13) - Será *realmente* útil voltar a esse assunto?

No entanto, para que este efeito se verifique, não é necessário que a frase contenha um verbo normativo.

Para os verbos normativos, «le résultat est très net: dans la plupart des cas, il suffit de la présence dans l'interrogation d'un élément de quantification ou d'intensité de haut degré pour qu'on interprète tout naturellement celle-ci comme une question rhétorique» (Borillo, 1981: 10). De facto, e como um máximo é dificilmente atingido, pô-lo em questão torna mais claro o carácter retórico da pergunta.[1]

5.2.2 - Com os verbos de opinião, tal como se passa com os verbos normativos, a probabilidade de uma pergunta ser retórica aumenta com a presença ou ausência de determinados factores gramaticais ou lexicais

a) presença de certos adverbiais

Alguns dos adverbiais de intensidade aceitáveis em EN com verbos normativos não são neste caso admissíveis (**completamente**, **perfeitamente**, etc.); os que o são têm uma função neste caso semelhante à já referida para esses EN.

Mas surge uma outra categoria de adverbiais que se revelam importantes relativamente aos verbos de opinião:

[1] A questão da quantificação ou intensidade de alto grau será tratada com mais atenção no ponto 5.4.

(14) - Achas *por acaso* que o vou aceitar?

(15) - Crês *mesmo* que isso é verdade?

O LOC destes EN exprime uma certa admiração face a uma hipótese apontada aqui como pouco plausível ou mesmo absurda, ao mesmo tempo que deixa transparecer um relativo tom de censura ao ALOC. A enunciação dos mesmos EN sem estes adverbiais resultaria muito menos marcada, com muito menor indicação de retoricidade.

b) restrições relativas à pessoa verbal

No caso da pessoa verbal, «le schéma le plus naturel est celui dans lequel le rôle de sujet du verbe introducteur est rempli par la deuxième personne, celui du sujet dans la complétive soi par la première, soit par la deuxième» (Borillo, 1981: 13). Este é o caso verificado em EN como:

(16) - Achas que fazes bem?

(17) - Pensas que sou ignorante?

Mas outras combinações são possíveis, fazendo uso da terceira pessoa:

(18) - Ele julga que nos impressiona?

O caso da pessoa verbal está intimamente relacionado com o da natureza do conteúdo proposicional da completiva, que referiremos a seguir.

c) natureza do conteúdo proposicional da completiva

É na avaliação do conteúdo semântico de um EN que reside um dos factores que levam a interpretar uma interrogação como p.r. A solução do problema passará pela análise do predicado. Se este remeter para noções, factos ou situações experimentadas pelo LOC, por si dominadas, a probabilidade de estarmos perante p.r. é maior do que no caso de predicados que remetem para noções, factos ou situações que ele não controla, não sabe avaliar, não pode conhecer antecipadamente, etc. No entanto, esta análise não é ainda absoluta: «dans les deux cas, il est très improbable que l'établissement de ces catégories puisse avoir un caractère stable et opératoire» (Borillo, 1981: 14). Constitui somente mais uma contribuição para a apreciação do problema.

Schmidt-Radefeldt é peremptório quanto a este assunto: «when a speaker makes use of rhetoricity in his utterances, he always expresses that **he personally** is engaged or concerned» (Schmidt-Radefeldt, 1977: 389).

5.2.3 - Verbos volitivos e noção de realizável

Trata-se de um pequeno grupo de verbos (**querer, desejar, gostar de, etc.**) com um comportamento próximo do dos verbos de opinião quanto à sua realização em p.r. nos planos semântico e sintáctico.

a) Para este grupo de verbos, Borillo refere o Condicional como o modo por excelência das p.r., apesar de se fazer uso também do Imperfeito e do Presente do indicativo. Isso é aceitável para o Francês... mas não o é inteiramente para o Português, em que o Condicional é frequentemente substituído pelo Imperfeito do Indicativo, sobretudo em registos orais. Aponta ainda, por oposição, o Pretérito Perfeito como pouco compatível com a condição de p.r. (nestes verbos):

> «Par contre, comme pour les verbes d'opinion ou les verbes normatifs, le passé composé semble peu compatible avec cette interprétation: as-tu osé me le reprocher? En effet, l'emploi du passé composé suggérant l'aspect révolu et ponctuel des faits concernés leur attribue par là-même un caractère de réalité qui favorise l'interprétation de véritable question» (Borillo, 1981: 15).

Temos alguma dificuldade em aceitar esta opinião. Mesmo tendo em consideração que não é formulada em termos absolutos, e que é sempre possível identificar EN que, por força de diversas condicionantes e nomeadamente do cotexto/contexto, possam ser identificados como p.r. ou não, não nos parece que **tipicamente** se possa afirmar que a utilização do pretérito perfeito favoreça a interpretação de uma pergunta como não retórica. O carácter de realidade, inerente aos factos referidos por força da sua inscrição no passado (e, como tal, imutável), pode até reforçar a sua dimensão de censura, espanto, louvor, etc.:

O EN

(19) - Ousaste repreender-me?

parece **tipicamente** decorrer de uma situação em que o LOC já possui a resposta à pergunta que formula, não pretendendo por isso uma réplica informativa do seu ALOC.

b) Tal como nos verbos de opinião, a presença na frase adverbiais como **por acaso**, **sem dúvida**, etc., acentua a ideia de suposição já activada pelo tempo verbal:

(20) - Pretendias *por acaso* atingir-me?

As diferenças mais marcantes neste campo que surgem entre os verbos volitivos e os de opinião resultam das implicações de uns e outros. Vejamos essas diferenças utilizando como exemplo os verbos **achar** e **querer**:

(21) - Achas que estou de bom humor?

(22) - Como queres que eu esteja de bom humor?

O EN (22) aponta para uma realização impossível ou altamente improvável, ao passo que no EN (21) essa improbabilidade não é tão marcada. O sentido destas frases poderia ser veiculado pelos EN:

(21') - Não penses que estou de bom humor, é falso que esteja.

(22') - Não penses que estou de estou de bom humor, é impossível que esteja.

Borillo sustenta que «par l'effet de question rhétorique auquel ils donnent lieu dans ces constructions interropositives, les verbes de volition expriment l'idée d'un désir absurde ou irréalisable ne correspondant à aucune possibilité de réalisation et qui par conséquent appelle le rejet, na négation» (Borillo, 1981: 15).

c) A expressão de hipóteses inaceitáveis

As p.r. formuladas neste campo apelam para um julgamento negativo relativamente a situações consideradas inconcebíveis, impossíveis, inexistentes. A formulação de p.r. fazendo referência ao possível, ao aceitável, etc., pela inversão de polaridade que as caracteriza[2], induz à forte dúvida da verdade do conteúdo proposicional que as perguntas encerram:

(23) - Será possível que eu me tenha enganado?

Do ponto de vista do LOC, um EN deste teor rejeita praticamente em absoluto **que seja possível que p**. Daí que a probabilidade de esta pergunta ser retórica é muito elevada - quase diríamos que EN deste tipo são obrigatoriamente retóricos.

É certo que há neste caso mais alguns aspectos a considerar: em primeiro lugar, o uso do futuro com valor modal a marcar o carácter não realizado; em segundo, o facto de o conteúdo proposicional da completiva remeter para a própria experiência do LOC, para os actos passados realizados por ele próprio[3].

Mas este segundo ponto desaparece no EN seguinte:

(24) - Será possível que sejas tão teimoso?

---

[2] Cf.: ponto 3.

[3] Cf.: ponto 5.2.2, alíneas b) e c).

Também, em nosso ver, tipicamente retórico, o EN (24) não remete para a experiência do LOC, mas para uma sua tomada de posição sobre o ALOC e suas atitudes. Embora possa sempre receber uma réplica deste último, dificilmente será intendido e entendido como uma pergunta "verdadeira". Não é alheia ao carácter retórico deste EN a presença do quantificador **tão**[4].

Menos marcadamente retórico será um EN do tipo:

(25) - O que tu fizeste é admissível?

Apesar de se situar dentro do campo das hipóteses inaceitáveis, o EN (25) poderá ser tomado como retórico ou não, dependendo da situação de enunciação.

Dentro da ordem do existencial, os EN terão maior probabilidade de ser tomados como p.r. se, usando verbos como **haver**, **conhecer,** etc., ou verbos de percepção, houver também um efeito de quantificação produzido por um elemento de intensidade ou de comparação quantitativa:

(26) - Já viste *tamanha* desordem?

(27) - Conheces alguém *mais* convencido?

Nestes dois casos, as interrogativas apontam para a recusa do próprio LOC a admitir como possível a proposição contida nos EN. O estado de coisas referido encontra-se, para o LOC, no extremo de uma escala valorativa praticamente inultrapassável – daí o seu valor absoluto e a sua retoricidade[5].

5.2.4 - A função da expressão introdutória **Sabes...**

Um EN como

(28) - *Sabes* o que eu queria agora?

poderá ter como sequência duas situações distintas: ou, por força do contexto, o ALOC "adivinhará" o que o LOC pretende sem este precisar de explicar mais nada, tomando a pergunta como "verdadeira" e dando-lhe a sequência adequada, ou o LOC pretende realmente incluir no seu discurso elementos remáticos que o ALOC não poderá prever. Neste caso, e sendo óbvio para ambos que uma eventual resposta seria obrigatoriamente **não**, o LOC poderá continuar o seu discurso, sem esperar qualquer resposta do ALOC:

(28') - Sabes o que eu queria? Que tu me dissesses a que horas ele chegou.

[4] Ver à frente e pontos 5.4.1 e 5.4.2.
[5] Cf.: ponto 5.4.3.

Logo, a função comunicativa da introdução **Sabes...** consistirá em captar a atenção do ALOC e constituirá um elemento de retoricidade, juntamente com a pressuposição de que este não pode dispor da informação que o LOC irá veicular

5.3 - O papel de alguns advérbios na interpretação de p.r.

5.3.1 - Borillo refere em primeiro lugar um grupo de adverbiais que, num EN declarativo, fazem referência ao raciocínio que esteve na génese de uma opinião, de um julgamento ou de uma decisão. A sua função num EN interrogativo aponta para a confirmação da opinião do LOC e que este espera ver confirmada pelo ALOC:

(29) - *No fim de contas*, eu sou responsável pelo que aconteceu?

(30) - *No fundo*, não é esse o verdadeiro problema?

Este tipo de adverbiais parece traduzir uma dúvida no espírito do LOC quanto à verdade da proposição, o que levará o seu ALOC no mesmo sentido. É uma estratégia de persuasão que visa orientar as conclusões do ALOC sem claramente as impor. Se houvesse uma tentativa de imposição, ao ALOC seria possível refutá-la frontalmente; mas se os caminhos do seu pensamento lógico forem guiados, e sobretudo se isso for feito com alguma subtileza, ser-lhe-á mais difícil romper o esquema urdido por um LOC com intenções persuasivas mais marcadas.

Nesse sentido se evidencia a orientação das p.r. E os exemplos aqui apresentados estão até muito perto da definição de pergunta orientada presente no ponto 4.3.1 deste texto. É possível que um EN como os EN (29) e (30) sejam intendidos e entendidos como perguntas esperando uma resposta que confirme a proposição que lhes subjaz; é possível também que sejam intendidos e entendidos como formas na qual se vaza uma asserção e, portanto, não esperando uma resposta directa do ALOC. Só a análise de todo o cotexto/contexto em que ocorrem pode permitir uma classificação mais exacta.

5.3.2 - Outros advérbios, como **francamente**, **sinceramente**, **verdadeiramente**, etc., fazem também referência à noção de verdade do ALOC. Aplicam-se antes de mais a uma atitude do LOC (no caso da asserção) ou do ALOC (no caso da interrogação) e só em seguida e só indirectamente fazem referência à verdade do conteúdo proposicional do EN. O seu papel nas p.r. reforça a sugestão de uma asserção de polaridade inversa.

(31) - Francamente, acreditas nisso?

Este apelo à "franqueza" do ALOC reforça a asserção subjacente à p.r. enunciada, pondo o ALOC de sobreaviso quanto à possibilidade de produzir uma réplica sem consideração pela verdade (a "verdade" do LOC); é assim um convite a uma adesão ao ponto de vista do LOC, a uma aceitação da sua razão.

Pelos mesmos motivos apontados na alínea anterior, este EN poderá inscrever-se entre aquilo a que convencionamos chamar perguntas orientadas ou entre as p.r.

5.3.3 - O papel de advérbios como **porventura**, **por acaso**, etc. foi já abordado anteriormente[6] e foi referido que a sua função é de reforçar a ideia de uma hipótese improvável ou irrealizável, marcando a retoricidade da pergunta:

(32) - Pensa que eu estou a brincar?

(33) - *Porventura* pensa que estou a brincar?

5.4 - A quantificação ou intensificação máxima

Foi referido o papel de alguns adverbiais na retoricidade de certas perguntas, adverbiais de intensidade que reforçavam a dúvida lançada sobre a proposição correspondente aos EN interrogativos[7]. Este papel não é, contudo, exclusivo desta classe morfológica.

5.4.1 - Adjectivos de identidade qualitativa e de intensidade (**tamanho**, **tal**, **semelhante**, etc.)

Sem marcar obrigatoriamente um carácter retórico, o emprego deste tipo de adjectivos poderá reforçar a retoricidade de uma pergunta[8].

(26) - Já viste *tamanha* desordem?

Também algumas características sintácticas destes adjectivos, tal como a ante ou pós-posição relativamente ao substantivo que acompanham ou a presença ou ausência de determinante poderão ser indícios de retoricidade:

(34) - Já viste uma coisa semelhante?

(35) - Já viste coisa semelhante?

(36) - Já viste semelhante coisa?

---

[6] Cf.: ponto 5.2.3, alínea b).
[7] Cf.: ponto 5.3.
[8] Como afirmámos no ponto 5.2.3, alínea c).

Dentro do campo de probabilidade de ocorrerem como retóricos, destes três EN o último é o que mais facilmente terá lugar entre as p.r. A ausência de determinante marca um carácter universal, não *concretiza* a realidade aludida; leva a que se não faça um verdadeiro apelo àquilo que de semelhante o ALOC poderia trazer para o diálogo numa eventual resposta, antes enfatiza o carácter único atribuído pelo LOC ao seu referente. A anteposição do adjectivo relativamente ao substantivo "choca" pela diferença face à estrutura mais comum nas perguntas "verdadeiras" e está ao serviço do mesmo objectivo.

O advérbio **assim** tem um papel muito semelhante ao dos adjectivos referidos acima:

(37) - Já viste uma coisa *assim*?

5.4.2 - Adverbiais de intensidade e de quantificação (**tão**, **tanto**, etc.)

São por definição termos de quantificação marcando um alto grau, aplicando-se a adjectivos, nomes, verbos ou outros advérbios:

(38) - Isso é *tão* urgente que não possas vir comigo?

(39) - Há *tanto* barulho que não me ouças?

Os EN (38) e (39) contêm a expressão de uma dúvida, correspondendo às proposições seguintes:

(38') - Duvido que isso seja urgente ao ponto de não vires comigo.

(39') - Apesar de haver barulho, duvido que ele seja suficiente para te impedir de me ouvires.

Ora, toda a expressão de uma dúvida ou incerteza se orienta para a negação da proposição:

(38") - Isso não é urgente ao ponto de não vires comigo.

(39") - Apesar de haver barulho, ele não é suficiente para te impedir de me ouvires.

Portanto, à forma interrogativa destes EN subjaz uma asserção de polaridade inversa[9]. O LOC fornece a resposta à sua própria pergunta, levando a reconhecer-lhe um largo valor retórico. Este valor é em boa medida alicerçado na intensidade/quantificação expressas pelos adjectivos em análise.

[9] Cf.: ponto 3.

5.4.3 - A noção de grau máximo e de grau mínimo

a) Em EN como

(26) - Já viste tamanha desordem?

(27) - Conheces alguém mais convencido?

o LOC identifica o seu referente particular como o ponto máximo de uma escala de valores em que o inclui, considerando ser **impossível (ou, pelo menos, altamente improvável) que haja outro que seja mais ou tão [adj] que** o referente. As asserções correspondentes poderiam ser:

(26') - Nunca viste uma desordem semelhante, pois esta é a maior de quantas podem existir.

(27') - Não conheces ninguém mais convencido, pois ele é o mais convencido de todos.

Permite uma interpretação diferente, não retórica, o EN seguinte:

(40) - Tem um tecido mais resistente?

Neste caso é feita também uma comparação, mas o referente do LOC não é colocado no topo de uma escala de valores. Este EN não implica a inversão de polaridade que caracteriza as p.r. e não tem carácter retórico.

A retoricidade de EN deste tipo pode ser reforçada por quantificadores espaciais, temporais ou pessoais que enfatizam a dúvida (ou a recusa da aceitação) da existência de um outro objecto que suplante ou se compare ao referente na escala valorativa referida:

(41) - *Alguma vez no mundo alguém* viu um espectáculo mais desolador?

Pensamos que um EN do teor deste último, com uma série de indicadores de retoricidade, dificilmente não será intendido e entendido como retórico.

b) Se é certo que a quantificação máxima, no sentido ascendente de uma escala valorativa, pode estar ao serviço da retoricidade de certas perguntas, o inverso, ou seja, a quantificação mínima ou a referência a valores situados no mínimo da escala, poderá ter um papel semelhante:

(42) - Alguma vez manifestei *o mais pequeno* pesar pelo que fiz?

Os superlativos de adjectivos exprimindo uma quantidade mínima favorecem a interpretação de quantificação nula na construção negativa correspondente, na linha de interpretação de p.r.:

(42') - Nunca manifestei nenhum pesar pelo que fiz.

Acrescentaremos que a quantificação mínima pode comportar expressões idiomáticas com um valor muito próximo da utilização do superlativo dos adjectivos: **dar um pio**, **mexer uma palha**, **tocar num cabelo**, etc.:

(43) - Achas que ele é capaz de *mexer uma palha* para te ajudar?

À lista de adjectivos e de expressões com valor similar juntar-se-ão expressões de restrição, como **só**, **simples**, **único**, etc.:

(44) - Haverá um *único* sítio sossegado nesta cidade?

O adjectivo **único** intensifica a noção de quantidade mínima do quantificador **um** e, assim, reforça a implicação de quantificação nula na frase negativa correspondente.

5.5 - Além das interrogativas totais positivas, é de referir aqui um tipo particular de p.r., as «auto-responsive rhetorical questions» (Schmidt-Radefeldt, 1977: 381), em que a própria estrutura do EN ou o contexto contêm a resposta à pergunta formulada. Tomemos o seguinte exemplo:

(45) - Onde é que o João se encontra senão em Lisboa?

No caso presente, o EN interrogativo contém a resposta à sua própria pergunta. No entanto, o autor do artigo admite que «there still remains the hypothetical possibility of intervention after such utterances on the part of the addressee» (idem: 382).

Aliás, a questão da resposta do ALOC é fundamental na análise das p.r. Para lá das intenções dos falantes, é frequente que sejam as reacções do ALOC que permitam a classificação de uma pergunta como p.r.: «it can be up to the addressee whether he accepts a rhetorical question as an assertion (as it is intended by the speaker) or, contrary to the speaker's expectation, takes up the interrogative element in the rhetorical question as an opportunity for intervention» (ibidem: 381). Esta opinião é corroborada por J. Frank: «it is largely hearers' responses that make possible the identification of RQ's» (Frank, 1990: 737).

5.6 - As p.r. podem ser também usadas como respostas (ou réplicas) a "verdadeiras" perguntas, pois são vistas como formas interrogativas nas quais são vazadas verdadeiras asserções e como tal devem ser tratadas (opinião de C. Kerbrat-Orecchioni) ou como estruturas híbridas (na opinião de Schmidt-Radefeldt). Vejamos o seguinte par pergunta-resposta:

(46) - A: Fizeste o que te mandei?

B: Por acaso sou teu criado?

Claramente marcada pela inversão de polaridade que caracteriza as p.r., esta réplica é uma resposta indirecta à pergunta – mas não deixa de ser uma resposta. O falante B não só confessa que não fez o que o falante A lhe mandara, como reclama contra uma situação que considera incorrecta da parte do seu interlocutor; pretende anular um valor directivo de um EN anterior do falante A. Responder a uma pergunta com uma p.r. é frequentemente visto como um contra-ataque do interrogado.

Uma p.r. poderá constituir-se ainda como réplica a outra p.r.:

(47) - A: Como queres ver televisão, se não há luz?

B: Como dizes que não há luz, se vejo as lâmpadas acesas?

E a sequência poderia continuar, sem outro limite que a imaginação e a paciência dos interlocutores.

5.7 - Com o último par de EN encontramos a estrutura **como p, se q**, tratada por Joaquim Fonseca em artigo recente (donde tomaremos os exemplos).

Basicamente, o segmento assertivo **q** «captura um estado de coisas visto como oponente (em graus diversos e sob modalidades diferenciadas) à realização de p» (Fonseca, 1993: 8):

(48) - Como vais para Paris, se estás tão doente?

Numa situação em que o conhecimento do estado de coisas é partilhado por LOC e ALOC e numa expectativa de normalidade decorrente dessa partilha de conhecimento, as condicionantes invocadas em **q** apontam para uma impossibilidade/anormalidade de **p**: *já que o ALOC está tão doente, não deve ir para Paris.*

Mais do que um pedido de explicação sobre o modo de realizar **p**, o LOC expressa a recusa em admitir a sua possibilidade. Assim, o segmento **como p** sofre uma inversão de polaridade e transforma-se na asserção **não há nenhum modo de p**.

A retoricidade deste tipo de EN é evidente, mas não é absoluta. São possíveis pelo menos dois tipos de réplica que o provam:

a) Uma inversão argumentativa, rejeitando a argumentação do LOC, baseada em diferentes leituras do estado de coisas:

R1: *Justamente porque estou doente é que vou.*

b) Uma recusa, da parte do ALOC, de entender a pergunta como retórica, traduzindo uma recusa da aceitação da *doxa* que ela veicula:

R2: *Vou de avião.*

J. Fonseca considera que uma resposta teste tipo é inaceitável. Porém, parece-nos que ela pode ocorrer como forma elíptica, mais agressiva, mas ainda assim próxima, de uma outra que considera aceitável:

R3: Como a tua pergunta sugere, já sei que não te agrada que eu vá/ achas que não devo ir, mas vou.

Dizemos que esta resposta é agressiva, pois ela desautoriza o LOC, anula a sua argumentação, ao parecer ignorá-la.

6 - Temos vindo a analisar processos formais pelos quais a retoricidade de certas perguntas se manifestará; processos estruturais que marcarão determinados tipos de EN. Não queremos terminar sem lembrar que, mesmo sem qualquer traço sintáctico-semântico distintivo, uma qualquer pergunta pode ser intendida e entendida como retórica, fruto de factores como a entoação ou o cotexto/contexto.

7 - A análise feita parece apontar para a existência de traços distintivos de retoricidade, mas não absolutos. Joaquim Fonseca afirma que

> «haverá que ver na generalidade das perguntas retóricas (...) a presença, explícita ou implícita, no contexto ou no cotexto, uma informação que (...) opera como elemento activador de retoricidade. Nessas circunstâncias, há que procurar a activação da retoricidade das perguntas que a comportam não na configuração própria dessas perguntas, antes no contexto/cotexto» (Fonseca, 1993: 16).

De facto, apesar de podermos apontar algumas marcas sintáctico-semânticas que indicam uma alta probabilidade de alguns EN ocorrerem como p.r., em última análise essa confirmação virá de outros elementos que não estruturais.

Referências bibliográficas

ANSCOMBRE, J.-C. e DUCROT, O. (1981): "Interrogation et argumentation", *Langue Française*, 52, pp. 5-22

AUSTIN, J. L. (1970): *Quand dire, c'est faire*, Paris, Seuil

BALLY, C. (1951): *Traité de Stylistique Française*, 1º vol., 3ª ed., Genève/Paris, Georg et Cie S.A. / Klincksieck

BENVENISTE, E. (1966): *Problèmes de Linguistique Générale*, vol I, Paris, Gallimard

BORILLO, A. (1981): "Quelques aspects de la question rhétorique en français", *DRLAV*, 25, pp. 1-33

BROWN, P. e LEVINSON, S.: "Universals in language usage: Politeness phenomena", in GOODY, E. (ed.)

DILLER, A.-M. (1984): *La pragmatique des questions et des réponses*, Tübingen, Gunter Narr Verlag

FERREIRA, M.A. (1990): *Formas e funções das interrogativas totais – contributo para uma análise contrastiva português-alemão*, Coimbra, Faculdade de Letras

FONSECA, J. (1993): "Pragmática das perguntas *Como p, se q?* e *Como não p, se q?*", Porto, Separata da *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II série, vol. X

FONTANIER, P. (1968): *Les figures du discours*, Paris, Flammarion (1ª ed. 1821)

FRANK, J. (1990): "You call that a rhetorical question?", *Journal of Pragmatics*, 14:5, pp. 723-738

GOODY, E. (ed) (1978): *Questions and politeness*, Cambridge, Cambridge University Press

GRICE, H. P. (1975): "Logic and conversation", in COLE, P. e MORGAN, J. L.(eds.): *Syntax and Semantics – Speech Acts*, New York. Academic Press, pp 41-58

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (dir. de) (1991): *La question*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon

SCHMIDT-RADEFELDT, J. (1977): "On so-called 'rhetorical' questions", *Journal of Pragmatics*, 1:4, pp. 375-392

SEARLE, J. (1969): *Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts*, Cambridge, Cambridge University Presss (trad. fr.: *Sens et Expression. Etudes de Théorie des Actes du Langage*, Paris, Les Editions de Minuit, 1982)